

# APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê Direitos Humanos, Educação e Pessoas com Deficiência, nesta edição da Revista Videre. A proposta deste dossiê integra um conjunto de ações do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos (PPGFDH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sobretudo de reflexões decorrentes da disciplina Educação, Direitos Humanos e Inclusão, ofertada desde o ano de 2018.

Nessa perspectiva, o presente dossiê focaliza os direitos humanos de pessoas e grupos em condições de vulnerabilidade social, econômica, política e jurídica, com ênfase para o direito à educação de pessoas com deficiência.

A partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, os 14 artigos que compõem o dossiê transitam em dois grandes eixos temáticos, a saber: a) Pessoas com Deficiência, Inclusão e Direitos Humanos; e b) Direitos Humanos, Pessoas em Condição de Vulnerabilidade e Educação.

Quanto à autoria, contribuíram com o dossiê 32 autoras/es, vinculadas/os a instituições distribuídas em quatro macrorregiões brasileiras (Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul) e internacionais (Argentina, Chile, Espanha e Uruguai).

O primeiro artigo, *Deficiência em Pauta na Corte Interamericana de Direitos Humanos: vias para a proteção integral dos direitos das pessoas com deficiência*, de Pedro Pulzatto Peruzzo (PUC-Campinas), Torres Braga Menacho (PUC-Campinas) e Enrique Pace Lima Flores (PUC-Campinas), analisa o conteúdo de sentenças condenatórias proferidas pela Corte, que vinculam os Estados-membros sobre a adoção de medidas de reparação, satisfação e não-repetição de violações contra pessoas com deficiência.

Em seguida, Douglas Christian Ferrari de Melo (UFES) e João Henrique da Silva (UFRRJ), com o ensaio *Educação Anticapacitista em Direitos Humanos: um horizonte ético-político?*, defendem que a educação anticapacitista em direitos humanos é um compromisso ético-político a ser percorrido em prol da igualdade e participação plena das pessoas com deficiência nos processos sociais e escolares.

O texto *O Aluno com Deficiência e o Direito à Diferença*, das autoras Márcia Marília Teixeira Alves de Souza Duarte (UFMG) e Adriana Araújo Pereira Borges (UFMG), discute o direito à individualização do ensino, a partir do levantamento das normativas sobre o uso desse instrumento em unidades federativas brasileiras.

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro (UFSC), com o estudo *Interseccionalidade e Pensamento Contracolonial: reflexões para inclusão de pessoas com deficiência*, argumenta que a interseccionalidade e o pensamento contracolonial colaboram, de modo interdisciplinar, para o combate ao capacitismo entrelaçado à demais opressões sociais como o racismo, machismo, lgbtqiapn+fobia, xenofobia, as quais produzem processos de exclusão peculiares.

O quinto artigo, intitulado *Direito à Educação de Indígenas com Deficiência no Brasil*, de autoria de Kátia Pereira Petelin (UFGD) e Washington Cesar Shoiti Nozu (UFGD), analisa a produção político-normativa brasileira sobre as interfaces da Educação Escolar Indígena e da Educação Especial.

Sob o título *Direitos Humanos das Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação: uma denúncia necessária*, o trabalho de Laura Ceretta Moreira (UFPR) e Suzana Graciela Pérez Barrera (Universidad de la Empresa, Uruguai) discute o direito das/dos estudantes com altas habilidades/superdotação no contexto brasileiro, denunciando a omissão e a violação dos direitos dessas/desses estudantes.

Caroline Carvalho da Costa Lima Landim (UFMS), Charyze de Holanda Vieira Melo (UFMS), Andressa Santos Rebelo (UFMS) e Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (UFMS), com o texto *Políticas Nacionais da Educação Especial Brasileira entre 1994 e 2023: diferentes propostas; desafios constantes*, analisam as diferentes políticas nacionais propostas para a Educação Especial, identificando desafios persistentes ao atendimento educacional dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

O artigo de Maria Helena Michels (UFSC) e Márcia de Sousa Lehmkuhl (UDESC), denominado *Direitos Humanos na Formação de Professores de Educação Especial: “elementos ilusórios” nos pressupostos liberais*, debate o tema dos direitos humanos na formação de professores de Educação Especial, especialmente no Curso de Licenciatura em Educação Especial.

Na sequência, o estudo *A Inclusão de Bebês e Crianças Bem Pequenas em Creches: reflexões sobre a garantia de acesso*, das autoras Amélia Maria Araújo Mesquita (UFPA), Maria Paula Ferreira Maia da Silva (UFPA) e Miriam Aida da Silva Soares (UFPA), discute o acesso de bebês e crianças bem pequenas em creches, a partir da educação inclusiva.

Com o texto *Direito à Educação de Estudantes do Público da Educação Especial Egressos do Ensino Fundamental Paulistano*, Luiz Renato Martins da Rocha (UFABC; USP), Rosângela Gavioli Prieto (USP) e Rubens Rodrigues da Silva (Rede Municipal de Ensino de

São Paulo) abordam a conclusão do ensino fundamental como direito de todas as pessoas, dever do Estado e condição de acesso à etapa final da educação básica, bem como sinalizam a necessidade de constante acompanhamento da mobilidade das matrículas e das trajetórias estudantis para avaliar o cumprimento do direito inalienável à educação.

Dando prosseguimento, Andrea Veronica Perez (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina), com a pesquisa *Narrativas de Jóvenes con Discapacidad acerca de sus Trayectorias Educativas, a partir de sus Experiencias en la Educación Superior*, aproxima-se

das formas como os jovens com deficiência na Argentina constroem e/ou ressignificam os significados tradicionais concedidos às trajetórias educacionais de nível superior, a partir da identificação de aspectos que concebem como barreiras, violência, facilitadores, aprendizagens e experiências

Verônica DallAcqua Cruz (UNESP) e Vera Lucia Messias Fialho Capellini (UNESP), em *Acessibilidade Física no Jardim Botânico Municipal de Bauru: um estudo e reflexões*, realizaram um mapeamento das condições de acessibilidade física do Jardim Botânico Municipal de Bauru, a partir da análise da NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e da observação do local, com o apoio de uma ficha para registro, anexada ao artigo.

Em seguida, o trabalho *Protección Institucional de Derechos y Perfil Caracterológico de Adolescentes Involucrados en Prácticas Abusivas Sexuales*, de autoria de Eladio Sebastián-Heredero (Universidad de Alcalá de Henares, Espanha; UFMS), Cristian Céspedes Carreno (Universidad Andrés Bello, Chile) e Fabiola Teresa Orellana Moraga (Universidad Andrés Bello, Chile), apresenta a situação jurídico-protetora e perfil dos adolescentes, região Los Lagos (Chile), que foram internados em Programas de Intervenção Especializada para Meninos, Meninas e Adolescentes, área de proteção dos direitos das crianças, de 2020 a 2022.

Por fim, Vinícius Villani Abrantes (UFMG) e Luiza Cotta Pimenta (UFJF), com o artigo *O Ensino de Português para a Aquisição da Nacionalidade Secundária a Mulheres Migrantes no Brasil*, a partir de uma pesquisa mais ampla, analisam dados quantitativos e qualitativos para interconectar gênero, migração, cidadania e nacionalidade, particularmente, o contexto das mulheres migrantes no contexto brasileiro.

Em suma, esperamos que o dossiê possa complexificar a compreensão dos cenários, das situações, das problematizações e das possibilidades para avançar nos Direitos Humanos – sobretudo a Educação – de pessoas e grupos vulnerabilizados, principalmente as pessoas com deficiência.

Boa leitura!

**Washington Cesar Shoiti Nozu (UFGD)**

**Ana Cláudia dos Santos Rocha (UFMS)**

*Organizadores do Dossiê*